

CAMINHOS DA INCLUSÃO ESCOLAR: UMA RESPOSTA AOS DESAFIOS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM DE QUALIDADE PARA TODOS

Francisco Cleber Rodrigues da Silva¹
Francisco Das Chagas de Paiva²
Francisco Herbert Feitosa Bezerra³
Martinele Alcides Brito⁴

RESUMO: Historicamente as pessoas com deficiências foram tratadas nas diferentes sociedades com estranhezas, preconceitos e crueldade. A fase inicial foi da exclusão social, em que os deficientes eram totalmente excluídos da sociedade. Eram ignoradas, perseguidas e até eliminadas. Depois, veio o estágio da segregação social, em que as pessoas com deficiência eram atendidas em instituições assistenciais especiais, com fins filantrópicos ou religiosos, também chamada de fase de institucionalização, isso se deu por volta dos séculos XVIII e XIX. Educar é comprometer-se com desenvolvimento, crescimento e evolução integral do outro. Ser educador é acreditar que em cada educando existe um potencial que espera para ser desabrochado. Falar de inclusão escolar é falar da mudança de paradigma sobre a escola e a educação. A inclusão escolar é uma oportunidade de os sistemas de ensino em todas suas esferas, escolas e profissionais assumirem irrestritamente a responsabilidade pelo desafio da aprendizagem de todos os alunos, independente da condição de cada estudante. Uma escola de qualidade pauta o seu trabalho na formação ética, humanística e na solidariedade entre educadores e estudantes, em que a competição cede lugar à cooperação no trabalho pedagógico. Para que a mudança de paradigma para educação inclusiva se efetive como demanda permanente da sociedade, é importante reformar as maneiras de pensar e agir de todos os cidadãos e da sociedade para que se torne solidária e livre de qualquer forma de preconceito. O que importa não são os aspectos quantitativos colhidos em provas e testes, mas a construção de relações positivas que permite que todos participem de uma rede de saberes.

PALAVRAS – CHAVES: Inclusão. Educação. Formação. Paradigma. Escolar.

ABSTRACT: Historically, people with disabilities were treated in different societies with strangeness, prejudice and cruelty. The initial phase was that of social exclusion, in which the disabled were totally excluded from society. They were ignored, persecuted and even eliminated. Then came the stage of social segregation, in which people with disabilities were assisted in special care institutions, with philanthropic or religious purposes, also called the institutionalization phase, this took place around the 18th and 19th centuries. To educate is to commit to the development, growth and integral evolution of the other. To be an educator is to believe that in each student there is a potential that waits to be unfolded. Talking about school inclusion is talking about the paradigm shift about school and education. School inclusion is an opportunity for education systems in all spheres, schools and professionals to fully assume responsibility for the learning challenge of all students, regardless of the condition of each student. A quality school bases its work on ethical, humanistic training and solidarity between educators and students, in which competition gives way to cooperation in pedagogical work. For the paradigm shift towards inclusive education to be effective as a permanent demand of society, it is important to reform the ways of thinking and acting of all citizens and society so that it becomes solidary and free from any form of prejudice. What matters are not the quantitative aspects collected in tests and tests, but the construction of positive relationships that allow everyone to participate in a network of knowledge.

KEY WORDS: Inclusion. Education. Training. Paradigm. school.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e em Letras pela Universidade Anhanguera. Especialista em Psicopedagogia e Gestão Educacional pela ESAB e Mestrando em Ciências da Educação pela WUE. E-mail: cleber.silva56@yahoo.com.br.

² Diretor escolar Graduado em Pedagogia com Especialização em Gestão Escolar e em Matemática, Mestrando em Ciências da Educação pela WUE.

³ Diretor escolar com Bacharel em Ciências Contábeis. Licenciatura em Matemática e Física. Especialização em Gestão Escolar. Especialização em Matemática e Mestrando em Ciências da Educação pela WUE.

⁴ Graduado em Língua Portuguesa com especialização em Psicopedagogia e Mestrando em Ciências da Educação pela WUE.

INTRODUÇÃO

Historicamente as pessoas com deficiências foram tratadas nas diferentes sociedades com estranhezas, preconceitos e crueldade. Campos e Martins (2008) apontam que sociedades antigas tinham no pensamento mágico-religioso, a forma de entender o funcionamento social e a pessoa deficiente era vista de forma supersticiosa e como sendo portadoras da maldade e vistas como uma ameaça.

Portanto, precisavam ser eliminadas, confinadas e contidas de alguma maneira. Porém as concepções de deficiência e a visão social em relação às pessoas com deficiências sofreram modificações ao longo tempo, assim como a educação destinada a essas pessoas. Estudiosos como: (Kirk e Gallagher, 1979; Mendes, 1994; 1995; Sasaki, 1997; Miranda, 2003; Dechichi et al. 2009) apontam que a evolução da educação especial passou por períodos ou fases com características específicas de cada fase.

A fase inicial foi da exclusão social, em que as pessoas deficientes eram totalmente excluídas da sociedade, eram ignoradas, perseguidas e até eliminadas. Depois, veio o estágio da segregação social, em que os deficientes eram atendidos em instituições assistenciais especiais, com fins filantrópicos ou religiosos, também chamada de fase de institucionalização, isso se deu por volta dos séculos XVIII e XIX. Foi um avanço da fase inicial à institucional, mas as pessoas com deficiência eram confinadas em suas casas ou locais onde moravam e privadas de convivência social.

Na passagem do século XIX até meados do século XX é reduzida a segregação da pessoa com deficiência e são inseridas em escolas especiais comunitárias ou em classes especiais nas escolas. Nas décadas finais do século XX e início do século XXI temos a fase da integração social da pessoa com deficiência, em que a escola objetiva desenvolver as capacidades do cidadão e prepará-lo para a convivência social. Mendes (1995) traz a ideia de que a educação é um meio para despertar as potencialidades do ser humano para além das suas diferenças e constituição física.

Percebe-se que a problemática da educação especial não é recente. No Brasil, embora a ocorrência das fases de desenvolvimento tenha diferenças da forma como ocorreu na Europa e nos EUA (Mendes, 1995). A fase inicial, a da negligência ou da exclusão social, no Brasil, vai até a década de 50 do século XX. Em relação às fases no Brasil foi diferente, porque, no Brasil, se tinha como foco identificar e classificar a condição da pessoa com deficiência e o oferecimento de atendimento educacional praticamente não havia até meados do século XX (Dechichi et al. 2009).

A partir da segunda metade do século XX a questão da educação especial vai ganhando mais destaque e importância e pode-se dizer que a partir de 1988 até os dias atuais a condição da educação especial ganhou um salto quantitativo e qualitativo muito importante, porém, ainda há muito a se melhorar e conquistar para que a educação especial cumpra o objetivo de permitir o desenvolvimento das capacidades de todos para construir a plenitude da cidadania.

(Mendonça, 2015) No Brasil, as mudanças transformações que ocorreram mais especificamente estão no âmbito da escola especial e foi se constituindo em educação inclusiva, em que todos são compreendidos à luz da cidadania e que o direito à educação é fundamental para garantir a cidadania de todo estudante.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA É ESFOÇO COLETIVO PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO

A educação é um direito garantido a todo cidadão, independente da sua condição. A educação inclusiva, embora se integre com a educação especial, ela vai além, porque pressupõem quebra de paradigmas e visa garantir a todos o direito à educação (Mendonça, 2015). A inclusão permite que todos sejam inseridos no esforço coletivo de melhoria da escola e da educação, tanto no sentido de melhorar as condições físicas das escolas, como também de melhorar o ensino. Nesta perspectiva a escola e seus profissionais se adequam às demandas dos alunos. A demanda da inclusão escolar viabiliza a adequação dos espaços da escola para diminuir ou eliminar barreiras e obstáculos arquitetônicos que dificultam a acessibilidade e desenvolvam práticas de ensino que contemplem às diferenças dos alunos em geral, com alternativas que respeitem e aceitem a diversidade,

bem como recursos de ensino e equipamentos que permitam atender a todas as necessidades educacionais de todos os estudantes (Mantoan, 2003).

Para se construir uma sociedade mais justa para todos é preciso que todos acreditem na construção dessa sociedade e lutem coletivamente para construí-la. Para isso, é preciso construir novos paradigmas: sair da consciência individual e egocêntrica para a coletiva e solidária. Neste tipo de sociedade a educação ocupa um lugar destacado, pois tem a missão de formar as novas gerações para uma sociedade justa, solidária, inclusiva e diversa. (Sasaki, 1997) defende que a inclusão é o caminho para se construir uma sociedade para todos, e ter uma educação que forme para se conviver com a diversidade humana, e prepare as pessoas para cumprir deveres de cidadania e usufruir dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e de desenvolvimento pleno da cidadania.

A sociedade é composta por pessoas que possuem demandas variadas e muitas têm necessidades especiais, que precisam ser aceitas pela sociedade, o que requer que não só as pessoas se preparem para a sociedade, mas a sociedade precisa ser preparada para inserir estas pessoas com demandas específicas em sua dinâmica social, cultural e geral. Além de necessidades específicas, essas pessoas possuem também, as necessidades gerais que são inerentes ao ser humano. Porém as barreiras que impedem que as pessoas possam viver na sociedade com plenitude de sua cidadania precisam ser superadas continuamente para que todos possam viver ativamente na sociedade Sasaki (1997).

Sasaki (1997) Compreende a inclusão social como um processo que contribui para a construção de uma sociedade renovada. Em que por meio de transformações e adaptações contínuas no ambiente, espaços, equipamentos, aparelhos, utensílios, transporte e na forma de pensar das pessoas, torna a sociedade acessível e na qual as pessoas participem com igualdade de oportunidades. Fazer desse ideal, uma realidade é o que a maioria das pessoas almeja. Esta sociedade renovada está em construção e reconstrução permanente.

A inclusão é um desafio que envolve mudanças na forma de pensar e agir de todas as pessoas. As pessoas que possuíam algum tipo de necessidade específica para a vida social foram, ao longo da história humana, excluídas, mas com muitas lutas e com as transformações que foram ocorrendo na sociedade conseguiram conquistar o direito à dignidade humana e a efetivar sua cidadania.

Um dos meios de efetivar dignidade e a cidadania é por meio da educação. No caso das pessoas com necessidades especiais, isto é imperiosamente importante, porque é a educação que as prepara para inserção social e cultural. Não basta ao estudante com alguma limitação estar na escola, ele tem que se sentir aceito e incluído pela comunidade escolar. De acordo com (Mantoan, 2003 p.15): “Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais”. A dicotomia entre ensino especial e ensino regular precisa ser superada e substituída pelo ensino integrado, ou seja, a educação inclusiva. Na perspectiva da educação inclusiva todos os alunos ficam nas salas regulares interagindo e aprendendo juntos, não apenas os conteúdos convencionais que estão nos currículos e nos livros didáticos, mas, também e principalmente, formas de convivência inclusivas.

Para (FREIRE, 1999) Educar é um ato de amor e de coragem. (MANTOAN, 2003) Educar é comprometer-se com desenvolvimento, crescimento e evolução integral do outro. Ser educador é acreditar que em cada educando existe um potencial que espera para ser desabrochado.

Qual via se abre e necessita de atenção para ser trilhada por educadores e educandos para construir uma escola e uma educação inclusiva no discurso e principalmente na prática? Na reflexão de (MANTOAN, 2003) os ambientes escolares e de aprendizagem devem ser plurais, participativos, solidários e acolhedores para desenvolver a educação integral de todos os alunos independente da condição individual de cada um.

A escola e os educadores devem ser preparados para receber todos os seus educandos com suas limitações e potencialidades de desenvolvimento. Educar na perspectiva da inclusão impõe a demanda e o dever de tornar a prática escolar acessível a todos e de fazer do espaço escolar um círculo virtuoso e um ciclo permanente de formação humanística, ancorada nos eixos de aprendizagens fundamentais para a construção da cidadania global de cada ser humano: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender, ou seja, a educação integral.

Na reflexão de (MANTOAN, 2003 p.9) de que “[...] uma escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza o conhecimento científico, sistematizado, mas também não se restringe a instruir os alunos, a ‘dominá-los’ a todo o

custo.” O trabalho da equipe escolar é mediar e facilitar, sob a égide dos conhecimentos científicos, o domínio e ampliação de saberes que permitam a formação cidadã comprometida e solidária aos valores humanos e a convivência democrática com respeito às diversidades. Ter uma escola para todos e comprometida com o ensino e a aprendizagem na perspectiva da inclusão, requer de todos: professores, alunos, gestores e famílias um diálogo e engajamento permanente com a educação de qualidade, ou seja, em que nenhum estudante tenha seu direito à educação negado ou negligenciado.

INCLUSÃO ESCOLAR: MUDANÇA DE PARADIGMAS

Falar de inclusão escolar é falar da mudança de paradigma sobre a escola e a educação como um todo. É compreender o espaço escolar como local de acolhimento das diferenças e de preparação para compreender e conviver com a diversidade. Inclusão implica em adaptar e preparar toda a estrutura da escola: física e humana para receber, acolher e desenvolver as potencialidades de cada educando. É ampliar o conceito de educação de qualidade que vai além de aspectos quantitativos, foca nos aspectos qualitativos da interação, convivência e aprendizagem de todos os educandos.

Para que a mudança de paradigma para educação inclusiva se efetive como demanda permanente da sociedade, é importante reformar as maneiras de pensar e agir de todos os cidadãos e da sociedade para que se torne solidária e livre de qualquer forma de preconceito. Nessa linha de entendimento (MORIN, 2003 p.99) propõe que “[...] não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” É preciso sair da mentalidade que categoriza e cria classificações estereotipadas que produz a escola da competição, em que uns são premiados e outros são excluídos, para um entendimento no qual se valorize as diferenças e a diversidade, em que a “[...] educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.” (MANTOAN, 2003 p.14) Para isso, é importante que haja uma qualificação do espaço e dos profissionais da escola, porque a inclusão não se efetiva com ações isoladas de pessoas ou de instituições, mas por um compromisso de toda a sociedade com uma escola acolhedora e de qualidade e uma educação inclusiva.

(MANTOAN, 2003 p.14) “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.” É um desafio para escolas e educadores reconhecer as diferenças sem categorizar e discriminar, por isso, precisa mudar a forma de pensamento em relação às dificuldades e limitações dos alunos. É muito importante que equipes escolares, famílias e a sociedade como um todo compartilhem o entendimento de que a inclusão escolar significa uma melhoria contínua na busca por uma educação de qualidade.

O objetivo é melhorar a escola para todos os alunos e evitar os fracassos escolares daqueles que, em tese, teriam dificuldade de se adaptar à escola, a educação inclusiva propõe uma escola que se prepara para se adaptar às necessidades de todos os estudantes. (MANTOAN, 2003) Essa preparação e adaptação da escola é uma demanda permanente. A inclusão escolar é, antes de tudo, uma transformação permanente das escolas, dos seus profissionais e da sociedade para se ter uma educação de qualidade para todos.

A inclusão escolar é uma oportunidade de os sistemas de ensino em todas suas esferas, escolas e profissionais assumirem irrestritamente a responsabilidade pelo desafio da aprendizagem de todos os alunos, independente da condição de cada estudante. Caso um aluno tenha dificuldade de aprender da forma como a escola ensina, isso não é uma responsabilidade individual do aluno e sim da equipe da escola que tem que questionar a forma como ensinou e buscar desenvolver outras formas de ensino que atendam as necessidades do aluno “A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas [...]” (MANTOAN, 2003, p. 18) . É a escola com seus profissionais que tem que buscar superar o desafio da aprendizagem.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA RESPOSTA AO FRACASSO ESCOLAR

A educação inclusiva é polêmica, porque é plural, democrática e transgressora do mito da sala de aula homogênea. (MANTOAN, 2003) A inclusão escolar se constrói em prol do direito da produção do conhecimento que valoriza as diferenças e a diversidade de identidades. É desenvolver uma educação que se pauta pela igualdade de

oportunidades diante das diferenças e diversidades que os educandos trazem para escola, valorizando seus potenciais e suas limitações como oportunidades de melhorar o trabalho da equipe escolar e a qualidade da educação para todos.

Para a construção da escola inclusiva, é indispensável se “[...] reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência.” (MANTOAN, 2003 p.20) Assim, possibilita-se construir uma nova consciência individual e coletiva comprometida com a convivência na diversidade, solidária às diferenças.

Embora se tenha uma legislação que favorece a efetivação da educação inclusiva é importante compreender que a educação inclusiva não se restringe ao atendimento de alunos com alguma deficiência ou portador de necessidade especial, vai além. Busca incluir todo estudante que de alguma forma ou de outra não se encaixa nos padrões escolares e sofre preconceito e exclusão. É aquele que não consegue aprender no mesmo ritmo e da mesma forma que os demais e que é estereotipado como incapaz ou “especial”, embora não se saiba em quê e o “porquê” é especial.

A inclusão escolar visa oportunizar a todos a desenvolverem seu potencial de aprendizagem conforme as suas condições e características pessoais, envolver aqueles ou aquelas que têm algum tipo de deficiência ou necessidades especiais e todos os demais que apresentem alguma situação que requeira da escola uma ação inclusiva para oportunizar o adequado desenvolvimento. Portanto, (MANTOAN, 2003) reflete que a inclusão não se resume a inserir o aluno com alguma deficiência ou necessidade especial no espaço escolar comum, vai muito além e diz respeito a todos os alunos. Potencializar a todos se desenvolverem e acreditar que com as adequações necessárias todos podem desenvolver com plenitude seu potencial de aprendizagem, mas para isso os padrões precisam ser rompidos. Todos precisam ser vistos como protagonistas do processo de inclusão.

A cidadania e a dignidade da pessoa humana precisa ser garantida, como preconiza a Constituição de 1988, garantindo o direito à educação a todos sem nenhum tipo de discriminação, visando o pleno desenvolvimento da cidadania e preparação para o trabalho e a vida em sociedade. (MANTOAN, 2003 p.22) Analisa o seguinte: “Mas um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de

alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental e os casos de autismo.” A Lei garante o Atendimento Educacional Especializado – AEE, mas este atendimento não pode ocorrer em separado dos demais, de forma segregada. A escola precisa garantir o atendimento especializado adequado a cada aluno, mas sem tirá-lo da interação em sala de aula regular com os demais alunos e professores.

O ambiente mais adequado para beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos é a escola comum, é neste ambiente que se pode garantir o relacionamento dos alunos em geral. (MANTOAN, 2003) Preparar as escolas e seus profissionais para oferecer práticas de ensino as mais diversificadas possíveis para atender a diversidade das necessidades dos alunos é construir uma escola efetivamente inclusiva e para todos.

É importante compreender que a ideia e o discurso da inclusão escolar, embora muito necessário, chegou às redes de ensino por força da legislação: Constituição de 1988; LDB 9494/96 e outras regulamentações bem como acordos e tratados internacionais. Porém, as escolas e seus profissionais estavam despreparados para darem respostas efetivas a esta demanda da inclusão escolar e acabaram por praticar a inclusão excludente para escamotear o despreparo e incapacidade para ensinar os alunos que precisavam de um novo olhar educativo. De acordo com (MANTOAN, 2003 p.27) Ações: “como o reforço paralelo, o reforço continuado, os currículos adaptados etc, continuam sendo modos de discriminar alunos que não damos conta de ensinar e de nos escondermos de nossas próprias incompetências.” Reforçam a ideia distorcida da inclusão escolar, demonstram que se tem um caminho a trilhar na perspectiva da inclusão e superação de qualquer forma de discriminação ou exclusão.

A organização curricular das escolas carece de transformação para que possa ter uma inclusão escolar plena, pois a estrutura em que: “O tempo de aprender é o das séries escolares, porque é necessário hierarquizar a complexidade do conhecimento, seqüenciar as etapas de sua aprendizagem, mesmo sendo este o básico, o elementar do saber. (MANTOAN, 2003 p.28) A sobreposição dos componentes curriculares em que se atribui uma escala de valores com base no que os alunos conseguem reproduzir em provas tem sido um entrave à inclusão escolar, uma vez que desconsidera o tempo e a forma como cada um aprende.

A inclusão é uma oportunidade de unir e reunir profissionais da educação, alunos, pais e toda a comunidade em torno de uma causa fundamental para o desenvolvimento e evolução da sociedade como um todo, que é a educação de qualidade para todos sem que se tenha nenhuma barreira que impeça que qualquer aluno possa desenvolver todo seu potencial de desenvolvimento no tempo e da forma adequada. “Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.” (MANTOAN, 2003 p.30) A inclusão escolar demanda investimentos na melhoria contínua da escola e formação e capacitação constante dos profissionais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir o acesso de todos à escola sem possibilitar que todos possam desenvolver suas potencialidades de aprendizagem com respeito ao tempo e às especificidades de cada um para aprender. É reproduzir e reforçar, mesmo que de forma implícita, a ideias excludentes. Muitas das dificuldades que os educandos enfrentam na aprendizagem são causadas pela própria escola. Por isso, a inclusão escolar é uma oportunidade de inovar a escola para as transformações necessárias para se construir uma escola de qualidade para todos sem barreiras. Uma escola que se prepara para trabalhar com as especificidades de cada aluno sem impor estereótipos e nem limites.

Uma escola de qualidade pauta o seu trabalho na formação ética, humanística e na solidariedade entre educadores e estudantes, em que a competição cede lugar à cooperação no trabalho pedagógico. O que mais importa não são os aspectos quantitativos colhidos em provas e testes, mas a construção de relações positivas que permite que todos participem de uma rede de saberes. Compreender o aluno concretamente na sua especificidade e integralidade, pensando na condição atual para que se construam perspectivas de mudanças a partir da realidade que vivencia, ou seja, os educadores atuam com o educando e colaboram com a construção da sua autonomia que permita desenvolver com plenitude a cidadania, comprometido com a valorização das diferenças que compõem a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. **Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual.** Revista do ISPV, Viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008. Disponível em: <<https://www.ipv.pt/millennium/Millennium34/17.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

DECHICHI, C. et al. **Alguns aspectos históricos no atendimento a pessoa com deficiência.** Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. 2009. Cap. 1, p. 6-16. Disponível em: <<http://www.ead.ufu.br/file.php>>. Acesso em 26 de julho de 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Education exceptional children.** Boston: Houghton Mifflin Company, 1979.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MENDES, E.G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.